

BAC 3

boletim anti-colonial

Dezembro 1972

EDITORIAL

O ano de 1972 foi assinalado por um crescente isolamento político de Portugal junto das instituições internacionais. Esse isolamento culminou com a votação por unanimidade de uma moção do Conselho de Segurança da ONU, condenando mais uma vez a política colonial do Governo português, reafirmando o direito dos povos africanos colonizados à autodeterminação, exigindo o fim das hostilidades e o início de negociações entre as "partes interessadas". São de notar particularmente dois factos: primeiro, os próprios aliados tradicionais de Portugal (Estados Unidos, Inglaterra e França) aprovaram esta moção; segundo, o Conselho de Segurança abriu as suas portas aos delegados dos movimentos de libertação (MPLA, PAIGC e FRELIMO), preparando assim o caminho para o reconhecimento oficial daqueles que são os legítimos representantes dos povos das colónias portuguesas.

Este isolamento político e diplomático (que já se tinha observado, apesar de certos altos e baixos, ao longo de toda a década de 60) tem-se agravado consideravelmente nos últimos tempos. Além das Nações Unidas e das "agências" dela dependentes (UNESCO, Organização Internacional do Trabalho, etc.), a oposição à política colonial do Governo português vem crescendo incessantemente, mesmo nos próprios países ocidentais. Os movimentos de libertação contam com o apoio do conjunto dos povos africanos no seio da OUA e dos países socialistas em geral; recebem auxílio dos Governos escandinavos e do Conselho Mundial das Igrejas; os seus chefes foram recebidos em audiência pelo Papa; em muitos países europeus multipli-

cam-se as iniciativas de solidariedade com as colónias em luta, das quais a mais retumbante foi o boicote na Holanda à importação do café angolano. Paralelamente, as tentativas do Governo português de mendigar algumas vantagens na cena internacional (acordo com os Estados Unidos sobre a base aérea dos Açores, negociações com o Mercado Comum alargado, tentativas por obter o apoio político do Brasil no quadro da comunidade luso-brasileira) concluíram-se com autênticos fracassos.

Perante tão grande e tão forte oposição diplomática à política colonial do Governo português, por que razão consegue ele manter essa política e prosseguir a guerra em três territórios?

Alguns factos recentes vêm confirmar a única resposta a esta questão: os interesses estrangeiros dominam cada vez mais as economias de Angola, Moçambique e Guiné (ver à frente a secção de "Recortes").

Quer dizer: a África dita portuguesa continua à venda. As grandes companhias americanas, sul-africanas, belgas, japonesas, alemãs, inglesas, francesas, brasileiras, portuguesas, continuam a ser as beneficiárias do potencial de riqueza daqueles povos. Por enquanto, o capitalismo internacional continua a tirar grandes vantagens desta forma de exploração colonial, reservando para Portugal o papel de gendarme e sobrecarregando o seu povo com os custos da guerra.

Ainda por cima, o capitalismo "ocidental" está dotado de um poderoso braço armado: a NATO. Não é verdade que, ao nível da Assembleia Parlamentar, a própria NATO já admitiu a hipótese de alargar a



sua zona de influência até ao Atlântico-Sul? Os meios governamentais portugueses não esconderam o seu agrado. Não lhes bastam os fornecimentos de armamento dos seus aliados. Talvez possam contar com uma intervenção militar da NATO, se as coisas piorarem para os lados do Sul do Atlântico.

Contra todas as evidências políti-

cas, contra todas as diplomacias, contra todos os imperativos da moral e do direito internacional, os grandes blocos económicos e militares servem-se da cumplicidade da classe dominante portuguesa para a sua política de agressão imperialista.

Mas a luta dos povos oprimidos e explorados será invencível.

DOCUMENTO

A LIBERTAÇÃO DA GUINÉ

Entrevista de Amílcar Cabral às revistas Polémica e Anticolonialismo em Outubro de 1971.

P. - Pode-nos dizer algumas palavras sobre a situação actual e perspectivas futuras da luta de libertação na Guiné? (...)

R. - Bom, os camaradas conhecem, duma maneira geral, a situação actual da luta no nosso país. Ela é caracterizada fundamentalmente pelo facto de que libertámos já a maior parte da nossa terra, na Guiné, numa proporção de mais de dois terços do território nacional e que controlamos efectivamente quase a totalidade dessa parte libertada; e entendemos por controle a presença efectiva do nosso partido organizado desde as aldeias até às regiões, e o desenvolvimento de uma administração e de diversos outros elementos do estado que estamos criando nessas áreas libertadas. A situação nas áreas libertadas tem evoluído progressivamente, na medida em que temos que fazer frente à própria guerra que os colonialistas portugueses continuam a desenvolver na nossa terra; podemos dizer que a organização do partido está cada dia mais forte principalmente porque há cada dia maior participação das massas populares no estudo e nas decisões dos problemas que enfrentamos. Temos trabalhado no sentido de fazer funcionar verdadeiramente, efectivamente, os órgãos do partido a todos os níveis, e os nossos serviços administrativos têm evoluído no sentido de corresponderem a tudo quanto a nossa vida exige no presente, desde o registo dos nascimentos, dos óbitos, dos casamentos até outros aspectos da vida administrativa. Instalámos a partir de 69 os tribunais populares, tanto nas aldeias como nas zonas e nas regiões e é o próprio povo que participa, por meio de elementos eleitos, nesses tribunais populares; temos desenvolvido, na medida do possível, o nosso comércio, ao qual chamamos "Armazéns do Povo". Estes têm a função de abastecer as populações das regiões libertadas em artigos de primeira necessidade que antes eram vendidos pelos comerciantes coloniais. Temos também desenvolvido os nossos serviços de saúde, de instrução e outros; quer dizer, temos hoje em dia os elementos de um estado em desenvolvimento dentro da nossa terra, até porque também dispomos quer das forças armadas locais que estão encarregadas da defesa dessas regiões libertadas quer das unidades do nosso Exército Nacional Regular. A nossa situação, portanto, pode ser comparada, no plano político, à de um estado que tem umas partes do seu território nacional, particularmente os centros urbanos, ocupadas por tropas colonialistas, estrangeiras.

No plano militar a situação é caracterizada principalmente por um recuo crescente, como já definimos aliás, das forças colonialistas para os principais centros urbanos e um avanço progressivo das nossas forças em direcção a esses centros urbanos. A acção dos colonialistas portugueses, acção que nós consideramos criminosa, é fundamentalmente caracterizada por bombardeamentos aéreos nos quais utiliza bombas de napalm e outras, e por tentativas de assaltos terroristas contra as populações das regiões libertadas durante os quais tentam não só matar o máximo de gente que podem, mas também matar o gado, queimar as tabancas ou aldeias e também tentar queimar as nossas produções agrícolas, as nossas colheitas. A nossa acção é caracterizada principalmente por

ataques frequentes e cada dia mais intensos contra as posições dos colonialistas portugueses nos centros urbanos (...).

P. - Como caracteriza a etapa actual da revolução social nos territórios libertados da Guiné? Como está a ser feita a estruturação política-económica-social das zonas libertadas? Que papel desempenha o Partido na administração destas zonas?

R. - Como sabem, aplicando essa política que nós chamamos de sorriso e de sangue, os colonialistas portugueses pela voz do seu representante máximo na nossa terra, o general Spínola, afirmam agora que vão fazer uma revolução social na nossa terra. Claro que nós achamos que isso tem imensa piada, e gostaríamos de ver o general Spínola e os outros chefes colonialistas fazerem uma revolução social em Portugal, ou pelo menos falarem de uma revolução social em Portugal. Mas sabem certamente que a nova PIDE, que se chama DGS, mete-los-ia a todos na cadeia.

Nós na nossa terra não gostamos de falar em revolução, neesses grandes termos, etc. Fazemos o nosso trabalho, mas cremos é que a luta de libertação nacional é em si mesma uma revolução social, porque ela implica como consequência fundamental uma mudança radical no sistema económico em vigência no país em consideração. Nós pretendemos é a acabar na nossa terra com a dominação colonial portuguesa, isso quer dizer, pretendemos libertar as forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido de elas se poderem desenvolver livremente de acordo com as condições históricas que a gente está vivendo hoje em dia. Podemos dizer que a etapa que atingimos corresponde exactamente à fase da luta em que nos encontramos. Como sabem, nós desde o começo da luta, ou pelo menos um ano depois de começarmos a luta armada, decidimos num congresso feito no interior do nosso país, separar nitidamente a acção política da acção armada, embora no topo essas duas acções sejam ligadas. Nessa base começamos todo um trabalho de transformação da vida da nossa gente nas áreas libertadas, quer seja reforçando a organização política, dia a dia, quer seja criando novos instrumentos que conduzam à soberania do nosso povo nessas áreas. Hoje em dia nas nossas áreas libertadas praticamos o mais que nos é possível uma justiça social, uma igualdade de facto de oportunidades para toda a gente; nós não fazemos qualquer discriminação, por exemplo em relação às crianças que vão à escola, seja qual for a sua origem, seja qual for a sua religião, ou seja qual for mesmo a posição dos seus pais no que respeita à libertação da nossa terra. Procuramos ainda criar as condições necessárias para evitar que o nosso povo seja explorado, procurando que o trabalho do nosso povo seja justamente compensado, e fazemos o máximo possível para que cada dia mais o nosso povo participe activamente seja no estudo, seja nas decisões dos problemas que se referem à sua nova vida que temos estado a criar nas regiões libertadas. Se isso é de facto uma revolução social, essa é a etapa da revolução social em que nos encontramos. Nós sabemos que não podemos fazer milagres, sobretudo quando estamos fazendo face a uma guerra que tem o carácter de genocídio; mas estamos estruturando todos os meios necessários para evitar que amanhã o nosso povo possa ser submetido, seja por estrangeiros, seja por nacionais, a um novo tipo de exploração.

Isso é o que eu posso dizer em relação à situação actual no plano daquilo a que chamou revolução social nas nossas regiões libertadas.

Nós temos como princípio o seguinte: o Partido é um instrumento político que o nosso povo criou para dirigir, não só a luta de libertação, mas a sua vida no sentido do progresso. Certamente conhece o programa do nosso Partido, seja o programa geral, seja o programa mais detalhado; nós entendemos que, seja na fase presente da vida do nosso povo, seja amanhã, o nosso partido deve ter o papel fundamental de instrumento que estuda e toma as decisões relativas ao desenvolvimento da vida do nosso povo. O Partido deve ter uma acção fundamentalmente política, de orientação, enquanto que passo a passo vamos criando os instrumentos necessários para a execução da solução dos nossos problemas (...).

P. - Em 1964 o Amílcar Cabral declarou que mais do que a luta de classes era o estado colonial que dirigia a história neste momento. Que se deve entender exactamente por isso e quais são as consequências políticas de tal postulado?

R. - Essa afirmação é o resultado duma constatação da nossa realidade mesmo. Nós não ignoramos que no quadro do processo histórico do nosso povo, surgiu também o fenómeno classe, mais ou menos bem definido, mais ou menos evoluído. Temos por um lado, por e-

xemplo, os Balantas, que não têm classes, que constituem uma sociedade horizontal e por outro lado temos uma sociedade como a dos Fulas que já é uma sociedade em pirâmide, portanto com classes mais ou menos bem definidas. Entretanto sabemos que a dominação colonial na nossa terra, como nas outras, mas falamos especialmente no nosso caso, cria uma situação idêntica para todos os nacionais e quando se processa a contestação da dominação colonial, não é uma classe que a faz, embora a ideia parte de uma classe que tenha realizado mais rapidamente ou mais cedo o facto da dominação colonial e da necessidade de a combater. Mas essa contestação não parte de uma classe como tal, não é de facto uma classe, mas sim toda uma sociedade agindo como uma nação-classe que a leva a cabo. Essa nação-classe, que pode estar melhor ou pior de finida, é dominada, não pelo povo do país colonialista, mas pela classe dirigente do país colonialista. Essa é a nossa posição em relação a isso, e portanto a nossa luta é fundamentalmente baseada não na luta-de-classes mas na luta da nossa nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa. E é aí que se encontra exactamente a união entre a nossa luta e a luta do povo português para a transformação social, económica e cultural da sua vida; porque o povo português também se bate, utilizando formas que são cada dia mais desenvolvidas, contra a mesma classe dirigente.

As consequências disso naturalmente são: em primeiro lugar através da luta estamos forjando a nossa nação africana, que como sabem não estava bem definida, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista, por exemplo indígenas e assimilados, gente das cidades e gente dos campos, etc. Estamos forjando a nossa nação africana que é cada dia mais consciente de si mesma, mas ao mesmo tempo, temos que estar vigilantes em relação ao desenvolvimento de fenómeno classe no seio dessa nova nação; entretanto a luta dá-nos uma experiência baseada exactamente nesse postulado, pelo qual não só reforçaremos cada dia mais a nossa unidade política e moral como nação, mas também reforçaremos a nossa vigilância para evitar que o problema da luta de classes venha a tomar um aspecto que possa ser prejudicial ao progresso do nosso próprio povo. Isto é o que posso dizer, em breve, sobre esse problema muito complexo e muito vasto. (...)

P. - Qual é a posição do PAIGC em relação ao povo português? Que relação vê entre a luta antifascista e a luta anticolonialista? Como encara as futuras relações entre uma Guiné independente e Portugal?

R. - Como sabe nós temos uma longa caminhada juntamente com o povo português. Não foi decidido por nós, não foi decidido pelo povo português, foi decidido pelas circunstâncias históricas do tempo da Europa das descobertas e pela classe dirigente portuguesa de "antanho" como se diz em português antigo; mas é verdade, é isso! Há essa realidade concreta! Eu estou aqui falando português, como qualquer outro português, e infelizmente melhor do que centenas de milhares de portugueses que o estado português tem deixado na ignorância e na miséria.

Nós marchamos juntos e, além disso, no nosso povo seja em Cabo Verde seja na Guiné existe toda uma ligação de sangue, não só de história mas também de sangue e fundamentalmente de cultura com o povo de Portugal. (...) Essa nossa cultura também está influenciada pela cultura portuguesa e nós estamos prontos a aceitar todo o aspecto positivo da cultura dos outros. Nós em princípio, o nosso problema não é de nos desligarmos do povo português. Se porventura em Portugal houvesse um regime que estivesse disposto a construir não só o futuro e o bem estar do povo de Portugal mas também o nosso, mas em pé de absoluta igualdade, quer dizer que o Presidente da República pudesse ser tanto de Cabo Verde, da Guiné, como de Portugal, etc., que todas as funções estatais, administrativas, etc., fossem igualmente possíveis para toda a gente, nós não veríamos nenhuma necessidade de estar a fazer a luta pela independência, porque já seríamos independentes num quadro humano muito mais largo e talvez muito mais eficaz do ponto de vista da história. Mas infelizmente como sabem a coisa não é essa: o colonialismo português explorou o nosso povo da maneira mais bárbara e mais criminosa e quando reclamamos o direito de ser gente, nós mesmos, de sermos homens, parte da humanidade, e de termos a nossa própria personalidade, a resposta é a repressão com a guerra colonial.

Mas nós nunca confundimos "colonialismo português" com "povo de Portugal", e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades dumá cooperação, de

f.s.B.



amizade, de solidariedade e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens seja para o progresso da nossa terra seja para o progresso do povo português.

O povo português está submetido há cerca de já quase meio século a um regime que pelas suas características não pode deixar de ser chamado fascista.

A nossa luta é contra o colonialismo português. Nós somos povos africanos, ou um povo africano, lutando contra o colonialismo português, contra a dominação colonial portuguesa, mas não deixamos de ver a ligação que existe entre a luta antifascista e a luta anticolonialista. Nós estamos absolutamente convencidos de que, se em Portugal se instalasse amanhã um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, reconhecedor do direito dos povos à autodeterminação e à independência, a nossa luta não teria razão de ser. Aí está a ligação íntima que pode existir entre a nossa luta e a luta antifascista em Portugal; mas também vice-versa, estamos absolutamente convencidos de que, na medida em que os povos das colónias portuguesas avancem com a sua luta e se libertem totalmente da dominação colonial portuguesa, estarão contribuindo dum maneira muito eficaz para a liquidação do regime fascista em Portugal.

E cremos mesmo que até hoje, embora nenhum dos países esteja completamente independente, o que já fizemos nas nossas terras tem contribuído, e claro que também a ajuda dos próprios fascistas colonialistas portugueses, a mostrar ao povo português claramente que o caminho da luta é o único caminho que poderá libertá-lo da dominação e da opressão a que está sujeito. Nós queremos entretanto exprimir claramente o seguinte: nós não confundimos a nossa luta, na nossa terra, com a luta do povo português; estão ligadas, mas nós, no interesse do nosso povo, combatemos contra o colonialismo português. Liquidar o fascismo em Portugal, se ele não se liquidar pela liquidação do colonialismo, isso é função dos próprios portugueses patriotas, que cada dia estão mais conscientes da necessidade de desenvolver a sua luta e de servir o melhor possível o seu povo (...).

NOTÍCIAS

AS BARRAGENS DO CUNENE

Em entrevista concedida a "Mozambique Revolution", órgão da Frelimo, o Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, fez as seguintes declarações a propósito do projecto de aproveitamento do Rio Cunene, no sul de Angola:

"O projecto do Cunene faz parte de um conjunto de projectos que Portugal, a África do Sul e a Rodésia empreendem na parte sul do nosso continente com vista a realizarem os seus objectivos de exploração dos povos dos diferentes países e de dominação nesta região de África. Como para o projecto de Cabora Bassa, os portugueses têm intenção de construir ao longo do Rio Cunene uma série de barragens com o fim de criar condições de imigração para estas regiões das margens do rio, não só a partir de Angola mas também do Sudoeste Africano. Precisam destas barragens para a produção de energia eléctrica para as suas indústrias, particularmente as minas de Tsume na Namíbia. O rio, cuja nascente é em Nova Lisboa, encontra-se precisamente entre a

Namíbia e Angola. Em toda esta região os portugueses desejam estabelecer colónias formadas por colonos portugueses, sul-africanos e de outras nacionalidades. Isto revela uma tendência política para transformar Angola e Moçambique em novas África do Sul, onde o poder estará nas mãos dum minoria branca que continuará a oprimir os nossos povos. O Governo português tenta naturalmente encontrar uma série de soluções para o problema de Angola e Moçambique. Creio que ainda não encontraram o que consideram a solução "conveniente", e por isso estudam o caso esperando os meios de consolidarem a sua posição. A construção das barragens entra neste género de plano, exactamente como a das estradas. Por exemplo, uma estrada que foi construída entre Luanda e Pretória tem claramente objectivos estratégicos".

MENSAGEM DA FRELIMO AOS SOLDADOS PORTUGUESES

"Esta mensagem é destinada aos soldados portugueses, aqueles soldados que vieram de longe, de outro continente, invadiram a nossa terra e estão a matar o

nosso povo (...).

Soldado português, tu lutas contra nós porque nunca pensaste no que estás a fazer. Foste apanhado no campo, onde tranquilamente ajudavas os teus a cultivarem a tua terra. Meteram-te em barcos e desembarcaram-te em Moçambique. Meteram-te uma arma na mão e disseram-te: "Vai combater os terroristas". E tu foste, como um autómato, como um instrumento, sem pensares se essa guerra que te mandavam fazer era justa ou injusta, sem saberes para que lutas, contra quem lutas.

É tempo de fazeres um exame de consciência. Tu és homem como nós, tu não nasceste criminoso: são aqueles que te mandam para a guerra que te tornam criminoso. O povo português, o teu povo, é honesto e trabalhador, não é um povo de assassinos. Nós sabemos isso. Porque então tu vens matar o nosso povo? Tudo o que queremos é viver em paz, na nossa terra africana, como donos da nossa terra. Temos esse direito. E é precisamente porque esse direito nos é negado que nós lutamos. Lutamos contra ti, soldado português, porque és tu que te opões à paz e ao progresso do nosso país. Se não fosses tu, se em vez de estares aqui a lutares contra nós, tu estivesses na tua terra a cultivar os teus campos, nós não teríamos de lutar, não haveria guerra na nossa terra, poderíamos em paz construir os nossos lares, amar as nossas mulheres e os nossos filhos, desenvolver a nossa riqueza. Mas isto não será possível enquanto tu aqui estiveres, com as armas apontadas contra nós.

E para que é que tu lutas? Disseram-te que tu vinhas defender a tua Pátria - mas a tua Pátria é Portugal, não é Moçambique, nem Angola, nem a Guiné. Cada um destes países é uma pátria diferente da tua, com um povo diferente, com costumes, tradições e História diferente. Viste algum Moçambicano, ou Guineense, ou Angolano ameaçar a tua verdadeira pátria que é Portugal? Não, não viste. Quem te ameaça é a Pide, são os oficiais que te apanharam, te tiraram do teu trabalho e te trouxeram para aqui, para lutares contra o nosso povo. Eles inventaram essa mentira de que a tua pátria está ameaçada para te mobilizarem, para justificarem a guerra.

Porque de facto, a única razão que leva os dirigentes do teu país a fazerem a guerra contra nós, é que eles não querem devolver-nos as riquezas que nos foram roubadas há já muito tempo (...).

Pois sabes que o teu governo preocupa-se mais com o material do que com as vidas humanas? Depois da ofensiva que lançou

contra as zonas da FRELIMO, o ano passado, quando foi forçado a retirar-se, o vosso comandante Kaulza de Arriaga declarou que "o pior foi o material destruído, que custa muito dinheiro. Os soldados mortos podem substituir-se facilmente". Já vês em que estima os teus superiores te têm. É mesmo isso: para eles és pura e simplesmente carne de canhão, um instrumento menos valioso do que uma G-3 ou um carro (...).

É esta a nossa política: acolher como nossos irmãos, como nossos aliados, os soldados portugueses que desertam e que por esse acto mostram opôr-se à política colonial contra o nosso povo.

Soldado português, é possível, é natural que tenhas dúvidas, hesitações em dares esse passo decisivo para a tua liberdade. Nós sabemos a propaganda que os oficiais portugueses espalham entre os soldados - dizem-te que todo o soldado português apanhado pela FRELIMO é morto, torturado, dizem-te que somos terroristas, assassinos, e outras coisas semelhantes. Mas fica certo disto: os únicos que massacram, torturam, assassinam, são as autoridades colonialistas portuguesas, ou os soldados por ordem das autoridades. Nunca nós maltratamos um soldado que deserta ou se rende ou mesmo um prisioneiro.

(...) Isto quer dizer que todos os receios que possas ter são absolutamente infundados. A nossa orientação é profundamente humana e justa. Todos os soldados portugueses que desertarem da tropa colonial, ou se renderem, serão bem-vindos à FRELIMO".

EM PORTUGAL: A LUTA CONTINUA

Com este título, o nº 12 de "A Voz da Revolução", órgão oficial da FRELIMO, inclui a seguinte notícia:

"As Brigadas Revolucionárias Portuguesas realizaram no dia 25 de Setembro uma acção de sabotagem contra as centrais eléctricas de Palmela e Sezimbra, perto de Lisboa. Essas instalações pertencem à Companhia Marconi (trust internacional) que tem o monopólio de todas as comunicações telegráficas e telefónicas com as colónias, assim como com a África do Sul, os Estados Unidos e a Inglaterra. Foram usados dispositivos de plástico, que desmantelaram as duas centrais eléctricas, cortando as comunicações.

As Brigadas Revolucionárias são uma organização de militantes revolucionários portugueses. Um dos seus objectivos é realizar acções de sabotagem contra a máquina de guerra colonial. No comunicado que publicaram nesta ocasião afirmam que esta acção foi realizada no dia 25 de Setembro, para comemorar

a data do desencadeamento da luta armada em Moçambique e testemunhar assim a solidariedade dos revolucionários portugueses anti-colonialistas e anti-imperialistas com a justa luta da FRELIMO e do povo moçambicano".

Por sua vez, o Comunicado nº 5 das Brigadas Revolucionárias afirmava: "Dedicamos esta acção vitoriosa ao heroico povo de Moçambique, como testemunho de nosso combate solidário".

E acrescentava:

Reafirmamos hoje mais uma vez ao MP LA, ao PAIGC e à FRELIMO e através deles aos povos de Angola, Guiné e Moçambique, que uma das direcções fundamentais das Brigadas Revolucionárias é a luta contra o colonialismo e o neo-colonialismo. Tudo faremos para transformar a guerra colonial dos fascistas e imperialistas numa guerra revolucionária dos trabalhadores contra os seus opressores (...)"

TRIBUNAIS DE CRIMES DE GUERRA

Está prevista para Janeiro de 1973 a realização em Dortmund (Alemanha Ocidental) de um Congresso para a Liberdade de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, cujo principal objectivo será a condenação dos crimes de guerra cometidos nas colónias pelo exército português. Além desse assunto estão previstos outros temas: causas e métodos da guerra colonial portuguesa, papel da República Federal e dos estados da NATO no neo-colonialismo da África Negra, estratégia dos movimentos de libertação na África Austral, etc.

Uma iniciativa idêntica está anunciada para Roma, num dos próximos meses. Será uma Conferência internacional sobre o apartheid e os direitos do homem, com a intenção de se constituir um verdadeiro e próprio "Tribunal internacional" (do mesmo tipo do que se organizou em Estocolmo para o Vietnam) que julgue Marcelo Caetano, Vorster e Smith, considerados os responsáveis pelos regimes colonialistas e racistas da África.

Também em Itália se prevê a realização, para 24 e 25 de Março, em Reggio Emilia, de uma "Conferência nacional de solidariedade contra o colonialismo e o imperialismo, pela liberdade e independência de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau."

POSIÇÕES DE ORGANISMOS CATÓLICOS

A 2ª Conferência europeia das Comissões Nacionais "Justiça e Paz" (organismos dependentes dos bispos católicos de cada

país) decorreu em Ostende (Bélgica) em Outubro passado. Essa Conferência tomou várias resoluções, algumas delas relacionadas com as colónias portuguesas:

"Em particular, no que se refere a Moçambique, Angola e Guiné, a Conferência:

- ciente de que o sistema de opressão e a falta de liberdade provocam uma profunda divisão na Igreja, entre os bispos e os fiéis;

- constatando que este sistema trás como consequência a guerrilha, enquanto, ao contrário, é apresentado como meio frutífero de difusão da cultura cristã;

- ciente de que na Europa ocidental há cerca de 100000 prósperos portugueses, entre os quais um certo número de desertores;

- ciente da perseguição que nestes territórios sofrem os nossos irmãos protestantes;

- ciente do considerável número de presos políticos que nestes territórios e em Portugal aguardam ainda o processo;

- ciente da responsabilidade que toda a Igreja tem na busca de uma solução para estes problemas;

faz votos para que a Santa Sé recorra a todas as suas forças:

- a) para obter o reconhecimento do direito destes povos à autodeterminação;

- b) para rever a Concordata e o Acordo Missionário, através de negociações com o Governo português, porque o conteúdo dos referidos documentos implica por parte da Igreja a aceitação de um sistema injusto;

pede às Comissões Nacionais da Europa:

- a) que apresentem propostas aos respectivos Governos para que exerçam pressão sobre o Governo português, a fim de que Moçambique, Angola e Guiné possam dispor do direito à autodeterminação;

- b) que advirtam a opinião pública das injustiças e se faça com que as aspirações destes povos se possam realizar;

- c) que se associem aos respectivos Governos para organizarem uma protecção legal e uma ajuda social aos desertores portugueses que no próprio país não têm direito à objecção de consciência, como também aos outros refugiados portugueses perseguidos por razões políticas;

- d) que denunciem a venda de armas a Portugal por parte de alguns membros da NATO que ainda hoje o fazem, armas essas utilizadas por aquele país na guerra nos seus territórios do Ultramar;

- e) que promovam a ideia de uma boicotagem ao café de Angola;

- f) que peçam aos respectivos Governos que proibam a colaboração de empresas e de capitais dos seus países na construção das

barragens de Cabora Bassa em Moçambique e do Cunene em Angola e que tomem as medidas necessárias para a retirada das em presas e dos capitais já empenhados. De facto, no contexto actual, estes dois projectos, longe de servirem os africanos, apoiariam e reforçariam o prestígio dos partidários da África branca e da apartheid;

- g) que se ponham em contacto directo com os representantes protestantes dos seus países, a fim de estudarem em conjunto a possibilidade de pôr em prática as deliberações do Comité Central do Conselho Ecuménico das Igrejas em Utrecht, que recomendam a retirada dos fundos das igrejas e dos seus membros dos bancos que aceitaram participar no financiamento destas barragens; (...)"

Por seu lado, a Comissão Diocesana "Justiça e Paz" do Porto publicou um extenso documento intitulado "A paz é possível", onde são analisados os principais problemas da sociedade portuguesa. Nomeadamente a respeito da guerra colonial, o documento afirma:

"É frequente justificarem-se as actuais restrições de grande parte das liberdades fundamentais pela situação de guerra que domina muitos dos aspectos da vida pública. Porém é certo que essas restrições existiam já, com os seus verdadeiros motivos, aquando da eclosão da guerra e de algum modo condicionaram as opções que levaram à guerra. Não houve portanto qualquer possibilidade de livre debate antes, e a partir da actual situação, o que em matéria tão grave, faz pesar sobre toda a população a responsabilidade de uma omissão.

Nestas circunstâncias torna-se pouco verdadeiro apelar para a expressão do povo português porquanto nunca lhe foi pedida em termos correctos nenhuma palavra decisiva. Pelo contrário, toda a política se definiu pelos critérios de um único grupo político, cuja coincidência com o bem comum muitas vezes não encontra mais justificações que as duma ideologia que não é justo impôr como única. A ausência de uma opção colectiva não pode ser iludida pelo uso quantas vezes abusivo dos meios modernos de comunicação, no sentido de influir e condicionar a opinião pública (...).

É à luz desta perspectiva histórica e doutrinal que deve ser julgada a guerra que desde há 11 anos nos vê envolvidos em África.

E por isso se sente a obrigação de afirmar a necessidade de uma busca séria de

soluções pacíficas, e não a hipotética e aleatória paz das armas. Assim não se devem dificultar processos em que outras nações ou organizações internacionais intervenham como mediadores ou árbitros e em que se planifiquem negociações que formulem possíveis soluções pacíficas do conflito.

Enquanto essas soluções se não procuram avolumam-se situações humanamente trágicas, nomeadamente pelas vidas que se perdem de ambos os lados, o que a nenhuma política pode ser indiferente.

Também, e por maioria de razão, não se poderá calar a inquietação que causa a sucessão de chacinas que esta guerra já produziu de ambas as partes; as numerosas prisões sem formação de culpas; e a repressão contra individualidades e instituições que corajosamente reivindicam a justiça e o respeito pelas populações civis nas operações de guerra ou que tratam todos com igualdade independentemente das opções políticas face ao conflito. Tais métodos são contraditórios com princípios de humanidade que se apregoam, devendo ser claramente condenados.

A ausência de iniciativas em ordem a uma solução pacífica manifesta-se, por fim, na situação daquelas que depois de ponderarem responsabilmente a sua eventual participação nesta guerra, preferem, por imperativo de consciência, o caminho de um exílio quase sempre penoso e dramático. Atitudes destas deveriam ser garantidas por um estatuto legal de objecção de consciência, que a doutrina social da Igreja, os princípios de algumas associações internacionais e as leis fundamentais de certas nações já contemplam entre os direitos da pessoa humana.

Todos estes factos graves e inquietantes não podem mais ser iludidos: requerem uma análise e compromisso de todos à luz da Verdade e da Justiça (...).

Impõe-se uma reflexão séria para nos darmos conta das responsabilidades que nos cabem nessas situações, pelas nossas obras ou pela nossa ausência: quantas vezes o silêncio não é senão a forma mais subtil de cumplicidade com a injustiça! (...)

Um activismo inconsequente não servirá tal propósito.

Perante as situações que referimos, perante as tarefas que elas nos impõem como dever inadiável, precisamos de saber do Espírito e dum conhecimento esclarecido das coisas, para nos entregarmos com competência à acção de construir a paz no nosso país".

RECORTES

O texto da moção

NOVA IORQUE, 23. — A moção aprovada pelo Conselho de Segurança e que pede a Portugal que encete negociações com as «partes interessadas» de Angola, Moçambique e da Guiné com vista ao acesso destas províncias à independência, é da seguinte teor:

«O Conselho de Segurança, tendo examinado a situação em Angola, na Guiné (Bissau) e Cabo Verde e em Moçambique, recordando a sua moção 311 (1972) de 4 de Fevereiro de 1972;

Recordando igualmente a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 1960, contendo a declaração a respeito da concessão da independência aos países e aos povos coloniais, e a resolução 2918 (XXVII) de 14 de Novembro de 1972, concernente a questão dos territórios da comissão especial sobre a aplicação da declaração acerca da concessão da independência aos países e aos povos coloniais;

Considerando que a Organização da Unidade Africana reconhece os movimentos de libertação de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique como os representantes legítimos dos povos desses territórios;

Tendo ouvido as declarações de representantes dos estados membros e de Marcelino dos Santos, Gil Fernandes e Manuel Jorge, convidados de harmonia com o art. 39.º do regulamento interno a participar no exame desta questão;

Consciente da necessidade urgente de evitar mais sofrimentos humanos e mais perdas materiais aos povos de Angola, Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique e de dar uma solução negociada ao confronto que prevalece nesses territórios:

1 — Reafirma o direito inalienável dos povos de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique à autodeterminação e à independência, tal como foi reconhecido, pela Assembleia Geral na sua resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e a legitimidade da luta que esses povos travam para concretizar esse direito.

2 — Pede ao Governo Português que cesse imediatamente as suas operações militares e todos os actos de repressão contra os povos de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique.

3 — Pede ao Governo Português, em aplicação das disposições pertinentes da Carta das Nações Unidas e da resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, que encete com as partes interessadas negociações com vista a dar uma solução ao confronto que prevalece em Angola, Guiné (Bissau), Cabo Verde e Moçambique e que permita aos povos desses territórios que realizem a sua autodeterminação e a sua independência.

4 — Pede ao secretário-geral que acompanhe a evolução da situação e apresente periodicamente relatório ao Conselho de Segurança.

5 — Decide manter esta questão na sua agenda.» — (F.P.)

De um lado, as condenações da ONU... do outro, o apoio dos grandes blocos económicos e militares...

Nações Unidas condenaram a recusa de independência "aos novos povos coloniais"

A moção antiportuguesa dos afro-ásio-comunistas

A ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS TAMBÉM APROVOU

NOVA IORQUE, 15. — O plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a moção antiportuguesa, ontem votada na quarta comissão, ou «Comissão de Curadorias», pela qual se reconhece aos movimentos que combatem Portugal na Guiné, em Angola e em Moçambique, a categoria de «legítimos representantes» das populações daqueles territórios.

A moção pede a Portugal que suspenda a luta, retire as forças armadas, detenha a fixação de portugueses europeus na África e que os guerrilheiros capturados sejam considerados, ao abrigo das convenções de Genebra, prisioneiros de guerra.

PORTUGAL NA COMISSÃO DE CURADORIAS DA O. N. U.

NOVA IORQUE, 6. — Por 95 votos, contra 2 (Portugal e República da África do Sul) e 100 abstenções, a Comissão de Curadorias da Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu hoje prolongar a existência do programa educacional estabelecido em Dezembro de 1967 para os exilados da República da África do Sul, das províncias africanas de Portugal, da Rodésia e do Sudoeste Africano.

PORTUGAL PROTESTA CONTRA A PUBLICAÇÃO DE UMA CARTA EM QUE AMILCAR CABRAL DESISTE DE FALAR NA ASSEMBLEIA GERAL DA O. N. U.

OS PARLAMENTARES DA N. A. T. O. ENTENDEM QUE AS FRONTEIRAS DA ALIANÇA DEVEM ESTENDER-SE AO ATLÂNTICO SUL E AO ÍNDICO

A IMPORTÂNCIA VITAL

dos territórios portugueses

do Atlântico Sul

SALIENTADA NOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL DA N. A. T. O.





Importância estratégica da África Portuguesa para a NATO

Companhias estrangeiras procedem a actividades de pesquisa e prospecção de hidrocarbonetos em Moçambique

Interesse pelas velhas minas de ouro

LOURENÇO MARQUES, (ANI) — A norrida às velhas minas de ouro abandonadas no princípio do século, e às regiões comprovadamente auríferas, vai intensificar-se, segundo se prevê em Lourenço Marques, principalmente na zona do Menico. Com efeito, foi já construída uma firma de exploração mineira — com sede naquela vila e com o capital social de mil contos, dividido por accionistas moçambicanos, rodésianos e sul-africanos.

Minerios de Angola

LUANDA, 21 — (L) — Exclusivo de pesquisas e explorações de jazigos de todos os minérios, excepto diamantes, petróleo e quaisquer óleos minerais, em duas zonas determinadas do Sul de Angola foi requerido à Direcção dos Serviços de Geologia e Minas de Angola pela empresa sul-africana Consolidated Investment Company Limited, com sede em Joanesburgo, para uma sociedade a constituir de acordo com as leis portuguesas.

PETRÓLEO DE CABINDA

CABINDA (ANGOLA), 12 — (L) — Continua a aumentar a exportação de petróleo da Cabinda Gulf Oil Company, que ao atingir no passado mês de Junho, às 603.376 toneladas, registou um novo recorde das exportações mensais daquele produto.

O açúcar em Moçambique

Moçambique

QUELIMANE, 22 (L) — A Sena Sugar Estates foi autorizada a aumentar em mais de 100 mil toneladas a sua produção de açúcar, o que equivale a um total de 250 mil toneladas.

Este aumento representa um investimento superior a um milhão de contos.

CASSINGA: "RESERVAS QUASE INESGOTÁVEIS"

LUANDA (L) — Verificar-se-á brevemente o arranque da segunda fase do Projecto de Cassinga, pela qual — através da peletização — se passará a explorar não apenas o minério de alto teor, como até agora, mas também o de médio teor, cujas reservas são quase inesgotáveis — revelaram fontes da Companhia Mineira do Lobito, que faz parte de um consórcio luso-franco-alemão-sul-africano.

A Bélgica investe em Angola

CONSTITUÍDO EM LUANDA

O BANCO INTERUNIDO

LUANDA, 5. — Celebrou-se, esta manhã, na sala da Associação Comercial, a cerimónia da assinatura da escritura de constituição do Banco Interunido, cujos principais accionistas são o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o First National City Bank, que subscreveram, cada um, cerca de 85 000 contos do respectivo capital social, que é de 170 000 contos, divididos em 170 000 acções. O conselho de administração ficou já autorizado a elevá-lo até 500 000 contos.

Para os cargos de presidente e de vice-presidente do conselho de administração do novo Banco foram nomeados, respectivamente, os srs. dr. António Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva e Carleton Mirril Stewart, vice-presidente senior do First National City Bank e supervisor dos negócios em África e no Médio Oriente deste último estabelecimento bancário.

A sede social do Banco Interunido é em Luanda. — (L.)

Visita de banqueiros norte-americanos

LOURENÇO MARQUES, 28. — Provenientes de Luanda, chegaram a Lourenço Marques os banqueiros norte-americanos Nicholas McCausland e Harry B. Pangburn.

Durante a sua permanência, vão procurar estabelecer contactos com os principais empreendimentos de Moçambique, a fim de se inteirarem do seu desenvolvimento. Além dos principais centros industriais, visitam a Belra e as obras de construção da barragem de Cabora Bassa.

Empresa sul-africana interessada no incremento da cultura do arroz

Centos e vinte mil contos vão ser investidos por uma empresa sul-africana no incremento da cultura do arroz no distrito de Gaza — anuncia o matutino «Diário».

Embora sejam levantados alguns problemas de carácter particular, prossegue o estudo para a realização da iniciativa.

O petróleo da Guiné vai ser explorado por um grupo americano

O GENERAL SULTANA OBSER-
VOU
AS PERFURAÇÕES